

CLIPPING FLORESTAL

07/2018 • 07 de Junho de 2018

EM DESTAQUE

- ALERTA LEGAL
- Imposto e risco ambiental travam desmonte de plataforma
- Greve no Brasil deve reforçar alta nos preços da celulose
- Exigência de cadastro de propriedades rurais é adiada pela 4ª vez
- Poluição do plástico é desafio para o Dia Mundial do Meio Ambiente
- Logística reversa entra na discussão da Fiesp
- Poluição global por plásticos custa US\$ 13 bi, diz ONU
- Celulose e papel só voltam ao normal em um mês
- Reajuste da celulose

EMPRESAS

- Fusão entre Suzano e Fibria é aprovada por autoridades concorrenciais dos EUA
- Estados Unidos aprovam a maior empresa de celulose do mundo no Brasil
- No mês, Suzano lidera indicações entre exportadoras
- Suzano avalia opções à emissão de bônus
- Suzano tem perda de produção de 80 mil toneladas de celulose com greve
- International Paper desiste de adquirir a Smurfit Kappa

EXECUTIVO

- Temer aprova redução de emissões de carbono nos próximos dez anos
- Ministério do Turismo quer mudança em lei ambiental

JUDICIÁRIO

- MPF pedirá indenização de R\$ 863 milhões por áreas desmatadas em Mato Grosso
- STF julgará se prescreve pedido de ressarcimento civil por dano ambiental

EM DESTAQUE

ALERTA LEGAL

FLORESTAL E AMBIENTAL

Projeto de Lei que retira a silvicultura da lista de atividades poluidoras para fins de licenciamento ambiental é aprovado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

Foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, por votação unânime, o Projeto de Lei do Senado – PLS n. 214/2015 (Texto Final), que modifica a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981), excluindo a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais e, portanto, sujeitas ao licenciamento ambiental e ao pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

Consta do Parecer n. 12/2018 da Comissão de Meio Ambiente que a silvicultura representa uma das melhores formas de uso econômico da terra para as áreas já desmatadas e, desse modo, deve ser incentivada e fomentada (Parecer).

O PLS n. 214/2015 já havia obtido parecer favorável da comissão de Agricultura e Reforma Agrária e agora segue para o Plenário do Senado Federal. Caso não haja nenhum questionamento em até cinco dias, o projeto seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados.

Para maiores informações, contate os advogados dos Setores Florestal e Ambiental de Gasparini, De Cresci e Nogueira de Lima Advogados.

Aldo de Cresci Neto

acn@gcnlaw.com.br

+55 11 2171 1310

Heloisa Verri Paulino Gomes

hvp@gcnlaw.com.br

+55 11 2171 1300

LEGAL ALERT

FOREST AND ENVIRONMENTAL

Bill that removes forestry from the list of polluting activities for environmental licensing purposes is approved by the Federal Senate Environmental Committee

It was approved yesterday, by the Federal Senate Environmental Committee, by unanimous vote, the Senate Bill - PLS No. 214/2015 (Final Text), which modifies the National Environmental Policy (Federal Law No. 6.938, of August 31, 1981), excluding forestry from the list of potentially polluting activities and, therefore, subject to environmental licensing and to the payment of the Environmental Control and Inspection Fee (TCFA).

The Federal Senate Environmental Committee stated on the Opinion No. 12/2018 (Full Text) that forestry represents one of the best forms of economic use of land for areas already deforested and should therefore be encouraged.

The PLS No. 214/2015 had already obtained a favorable opinion from the Committee on Agriculture and Agrarian Reform and now goes on to the Plenary of the Federal Senate. If there is no questioning in up to five days, the project will continue for the appreciation of the Chamber of Deputies.

For more information, please contact the lawyers of the Forest and Environmental Sectors of Gasparini, De Cresci and Nogueira de Lima Advogados.

ALDO DE CRESCI NETO

acn@gcnlaw.com.br | 55 11 2171-1303

Aldo de Cresci Neto

acn@gcnlaw.com.br

+55 11 2171 1310

Heloisa Verri Paulino Gomes

hvp@gcnlaw.com.br

+55 11 2171 1300

Fonte: Gasparini, De Cresci e Nogueira de Lima Advogados

[Voltar](#)

Imposto e risco ambiental travam desmonte de plataforma

Estima-se que 74 sistemas precisam ser descomissionados a partir de 2019

A incerteza quanto à cobrança de impostos e os riscos ambientais são os principais entraves para o desmonte de plataformas de petróleo cuja vida útil já chegou ao fim, segundo entidades do setor.

A estimativa é que 74 sistemas precisam ser descomissionados a partir do ano que vem, segundo a Sobena (Sociedade Brasileira de Engenharia Naval) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo).

“O descomissionamento requer muitos cuidados para que não haja um dano ambiental grave, e não há segurança jurídica para fazê-lo”, afirma Sergio Bacci, do Sinaval (sindicato da indústria naval).

“O tema se tornou importante porque os estaleiros estão sem obras e o setor pode se beneficiar. Em tempos de bonança, dificilmente isso seria feito [com empresas que atuam] no Brasil.”

Parte dos materiais, como equipamentos e o aço usado nas estruturas, pode ser revendido, mas a prática esbarra na tributação, diz Bruno Stupello, da consultoria TerraFirma. “É preciso pagar imposto de importação sobre todos os equipamentos trazidos [para a costa brasileira], o que não é viável, até pela dificuldade de calcular o valor dos ativos.”

“Difícilmente teremos [avanços] neste ano, ainda mais por termos eleições. O tema é altamente técnico e é preciso analisar cada impacto ambiental e desmontagem isoladamente”, diz Ronald Carreteiro, da Sobena. A Petrobras, dona das plataformas, afirma que irá buscar empresas nacionais e internacionais para os descomissionamentos, e que cinco projetos estão em andamento. O montante gasto em cada um deles não foi revelado.

Uma nova regulamentação sobre o assunto deverá ir a consulta pública no segundo semestre, segundo a ANP.

Fonte: Folha de SP | 01.06

[Voltar](#)

Greve no Brasil deve reforçar alta nos preços da celulose

Os preços internacionais da celulose, que desde o ano passado se orientam em trajetória de alta, ganharam um importante suporte com a greve dos caminhoneiros no Brasil, maior produtor mundial da fibra de eucalipto. Com dificuldades de escoamento da produção e recebimento de insumos essenciais, como madeira e químicos, a indústria brasileira de celulose e papel deixou de produzir até 485 mil toneladas nos últimos dias, segundo estimativas de consultorias especializadas e analistas.

Na avaliação do Itaú BBA, produtores estrangeiros devem anunciar aumentos de preço nos próximos meses, na esteira da maior concorrência dos clientes por volumes de matéria-prima, anulando a sazonalidade negativa típica da metade do ano.

Antes mesmo desse evento, que resulta em restrição de oferta, a espanhola Ence já havia anunciado novo valor de referência para a Europa a partir de 1º de junho, que embute aumento de US\$ 20 por tonelada. É o terceiro reajuste aplicado no ano, elevando a US\$ 1.070 por tonelada a cotação de referência naquele mercado. A expectativa é que mais empresas acompanhem o movimento.

Para o J.P.Morgan, a redução de produção em decorrência da greve dos caminhoneiros deve ficar entre 300 mil e 485 mil toneladas no país, com elevação de R\$ 5 a R\$ 7 por tonelada/dia nos custos. A consultoria Hawkins Wright, por sua vez, estima perdas de produção de pelo menos 320 mil toneladas de celulose. Já o Itaú BBA acredita em impacto negativo de 100 mil toneladas a 150 mil toneladas até ontem.

Todos os grandes produtores brasileiros enfrentaram algum tipo de redução de atividades ou parada total de produção por causa da greve dos caminhoneiros, segundo fontes ouvidas pelo Valor. A Veracel, joint venture entre Fibria e Stora Enso, era a exceção, ao menos até segunda-feira. Havia expectativa de que, com o arrefecimento da greve, unidades fabris que reduziram carga ou pararam começassem a voltar à operação normal entre a noite de terça-feira e a manhã de quarta-feira.

Os problemas de oferta originados no Brasil ocorrem em um momento em que os preços da fibra curta parecem ter perdido fôlego. No início desta semana, o preço da fibra curta negociada no mercado europeu estava em US\$ 1.050,01 por tonelada, alta de apenas US\$ 0,05 em uma semana, conforme o índice PIX, da consultoria Foex. No mercado chinês, o preço líquido recuou US\$ 0,32, para US\$ 768, 76 a tonelada.

Na média do ano, e considerando-se as cotações na China, o BTG Pactual espera preço médio de US\$ 730 por tonelada, frente a US\$ 650 por tonelada anteriormente. O banco revisou recentemente - antes da greve dos caminhoneiros - as estimativas para os preços da fibra curta diante da manutenção do cenário favorável, especialmente de aperto entre oferta e demanda. Para 2019 e 2020, a cotação média projetada subiu de US\$ 650 por tonelada para US\$ 740 por tonelada. No longo prazo, a equipe de análise do BTG manteve expectativa de US\$ 600 por tonelada.

Pelos cálculos do Itaú BBA, a paralisação dos caminhoneiros pode ter impacto negativo de R\$ 250 milhões no resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da Suzano Papel e Celulose. Essa perda, porém, deve ser diluída nos próximos dois ou três trimestres. A instituição financeira manteve recomendação de compra ("outperform") e preço-alvo de R\$ 45 por ação ON da companhia.

A Suzano suspendeu integralmente a produção de celulose e papel na segunda-feira, por causa da greve de caminhoneiros no país. Em relatório, os analistas Marcos Assumpção, Daniel Sasson e Carlos Eduardo Schmidt observam que os efeitos da greve nos resultados da companhia podem estar superestimados e a perda projetada de R\$ 250 milhões leva em conta uma redução de 100 mil toneladas nos embarques a um Ebitda por tonelada de US\$ 450, em linha com o primeiro trimestre, e despesas adicionais de R\$ 100 milhões.

"Por outro lado, o impacto negativo nos resultados deve ser parcialmente compensado pelos preços mais altos da celulose e o real mais fraco nos próximos trimestres", escreveram os analistas. A desvalorização do real beneficia a Suzano uma vez que entre 80% e 90% de suas receitas estão atreladas ao dólar, ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos está denominada em reais, incluindo o valor de aquisição da Fibria. Os analistas do Itaú BBA estimam que, a cada R\$ 0,10 de desvalorização do real contra o dólar, o Ebitda da Suzano, incluindo Fibria, pode subir em R\$ 600 milhões.

Fonte: Valor | 01.06

[Voltar](#)

Exigência de cadastro de propriedades rurais é adiada pela 4ª vez

Prazo para inscrição no CAR, que deveria ir até 31 de maio, foi adiado até 31 de dezembro

O governo federal adiou mais uma vez o prazo para proprietários rurais aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro que deve apoiar a regularização ambiental de propriedades no campo. O decreto publicado nessa sexta (1º) pelo presidente Michel Temer e pelo ministro interino do Meio Ambiente, Edson Duarte, adia para 31 de dezembro deste ano o prazo que venceria no último 31 de maio.



Plantação de café em Minas Gerais

Com o prazo em vigor, a principal mudança será a exigência de um cadastro ativo para acesso a crédito agrícola, seja por meio de bancos públicos ou privados. As propriedades cadastradas após o prazo também poderão ter acesso a crédito, mas perdem alguns benefícios.

Na quarta-feira (30), representantes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e de outras organizações do agronegócio se reuniram com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, em um pedido conjunto para adiamento do prazo para exigência do CAR.

Segundo Nelson Ananias, relações institucionais da CNA, "a maioria dos imóveis que perderia os benefícios [de cadastramento antes do prazo] é de pequenas propriedades".

As dificuldades de adequação para os pequenos agricultores têm sido o principal argumento do setor para os consequentes pedidos de adiamento. "A lei prevê extensão do prazo por até dois anos", reforça Ananias. O primeiro prazo previsto em lei para exigência do CAR era maio de 2016.

A preocupação de ambientalistas e também de uma parte do setor agropecuário que já está mais avançada no processo de regularização ambiental é que os constantes adiamentos criem uma "desmoralização do processo, com incentivos para produtores não cumprirem as regras, porque lá na frente podem se beneficiar disso", afirma André Guimarães, coordenador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e diretor executivo do Ipam.

O grupo reúne entidades ambientalistas e representantes do agronegócio, como a Sociedade Rural Brasileira. Há três semanas, uma nota apoiada por todos os membros da Coalizão já sinalizava preocupação com novo adiamento, afirmando que "adiar novamente seria um claro desrespeito à grande maioria dos agricultores brasileiros, que já cumpriram com sua responsabilidade legal".

A nota da Coalizão reconhece que pode haver uma parcela significativa de agricultores familiares e comunidades tradicionais entre os não-cadastrados. Defende, para isso, que esses perfis tenham um tratamento diferenciado em seu cadastro e regularização.

Segundo Raimundo Deusdará, diretor do órgão do Ministério do Meio Ambiente responsável pela implementação do CAR, o Serviço Florestal fez uma busca ativa em 107 municípios do Nordeste com baixo IDH justamente para cadastrar pequenos produtores e comunidades tradicionais que não constavam no cadastro. "Mas não podemos afirmar que conseguimos tudo", ele ressalva.

Novo mapa do Brasil

Os números de cadastramento disponibilizados pelo Serviço Florestal mostram que a área declarada pelos proprietários já supera o total do território rural brasileiro, que tem 397,8 milhões de hectares cadastráveis. As áreas cadastradas por proprietários já somam 441,6 milhões de hectares.

Ainda antes da fase de verificação dos cadastros, o cenário geral já dá indícios de processos de grilagem, com sobreposição de áreas públicas, terras indígenas ou de unidades de conservação. O

CAR, entretanto, não é destinado para regularização fundiária. Sua criação, sob a lei do novo Código Florestal em 2012, prevê uso estrito à regularização ambiental.

Ainda assim, segundo Deusdará, o CAR revela “um novo mapa do Brasil” —que não conta com um censo rural desde 2006.

“O mapa do CAR já permite confirmar, por exemplo, a concentração de terras”. De acordo com ele, “92% dos pequenos imóveis cadastrados [até 4 módulos], correspondem a apenas 31% da área cadastrada, enquanto 51% do território cadastrado é ocupado por apenas 2% de grandes imóveis [com mais que 15 módulos]”.

Como funciona o CAR

Etapa 1 - Cadastramento

Proprietários rurais se cadastram pela internet ou junto ao órgão responsável no seu estado, informando sua identidade, documentos de comprovação de posse do imóvel e delimitação do perímetro do imóvel, de áreas preservadas e de uso consolidado.

Etapa 2 - Verificação

Através de imagens georreferenciadas, as informações apresentadas pelo proprietário serão checadas pelos órgãos estaduais.

Etapa 3 - Regularização ambiental

O proprietário que tiver passivos ambientais verificados poderá aderir a um programa de regularização ambiental, com os benefícios de não ser autuado por infrações cometidas antes de julho de 2008 e de poder acessar crédito agrícola através de bancos privados ou públicos.

Fonte: Folha de SP | 04.06

[Voltar](#)

Poluição do plástico é desafio para o Dia Mundial do Meio Ambiente

Todos os anos, desde 1972, 5 de junho é celebrado como o Dia Mundial do Meio Ambiente. A Organização das Nações Unidas (ONU) anualmente escolhe um tema relacionado às questões mais prementes da atualidade e este ano o mote é *Beat Plastic Pollution* (Combater a Poluição Plástica, em tradução livre).

A poluição causada pelo descarte de objetos de plástico é um dos grandes desafios da atualidade. De acordo com a ONU, são necessários pelo menos 450 anos para que uma garrafa de plástico se decomponha e desapareça do meio ambiente.

Em todo o mundo, 1 milhão de garrafas de plástico são compradas a cada minuto. Todos os anos são usadas até 500 bilhões de sacolas plásticas descartáveis.

Apenas na última década foi produzido mais plástico do que em todo o século passado. Todos os anos, são utilizados 17 milhões de barris de petróleo para produzir garrafas plásticas. No total, metade do plástico que utilizado é de uso único.

Levando-se em conta que a taxa média global de reciclagem desses produtos é de 25%, isso significa um volume enorme de lixo plástico descartado nos oceanos.

Estima-se que pelo menos 8 milhões de toneladas de lixo plástico vão parar nos mares anualmente, onde sufocam os recifes de corais e ameaçam a fauna marinha vulnerável.

Plástico prejudica aves marinhas

Até 2050, 99% das aves marinhas terão ingerido plástico. O lixo prejudica mais de 600 espécies marinhas, 15% delas em extinção.

De acordo com a campanha da ONU Mares Limpos (Clean Seas), outro grande vilão dos mares são os microplásticos, partículas que medem menos de 5mm e que estão presentes também em cosméticos e produtos de higiene. Pelo menos 51 trilhões de partículas de microplásticos já estão nos oceanos.

A campanha *Beat Plastic Pollution*, que tem a Índia como país anfitrião este ano, convida as pessoas a agirem, individual ou coletivamente, para combater a poluição plástica.

São exemplos práticos como parar de usar canudinhos e talheres de plástico, levar sua própria caneca para o trabalho, pressionar as autoridades locais para melhorar a maneira como administram o lixo da sua cidade, utilizar sacolas de tecido ao fazer as compras e recolher lixo plástico que encontrar nas praias, florestas e cachoeiras que for visitar, entre outras iniciativas.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, reforçou - em um comunicado - o apelo pelo combate à poluição plástica.

"Nosso mundo é inundado por resíduos plásticos prejudiciais. Todos os anos, mais de 8 milhões de toneladas acabam nos oceanos. Os microplásticos nos mares agora superam as estrelas da nossa galáxia. De ilhas remotas ao Ártico, nada é intocado. Se as tendências atuais continuarem, até 2050 nossos oceanos terão mais plástico do que peixes".

Iniciativa peruana

No Peru, uma campanha de reciclagem inovadora transformou um milhão de garrafas plásticas em milhares de ponchilas (combinação das palavras em espanhol "poncho" e "mochila"), que são mochilas com um poncho embutido.

Os itens foram projetados para proteger as crianças mais pobres dos Andes, muitas das quais devem viajar vários quilômetros por dia, muitas vezes em condições adversas, para chegar à escola. As ponchilas são feitas, cada uma, de 80 garrafas plásticas recicladas.

"Com essa iniciativa, estamos recuperando muito plástico que pode acabar em aterros sanitários, lixões ou nos oceanos", diz Miguel Nárvaez, chefe de responsabilidade social e empresarial da Cencosud, uma rede de supermercados e uma das empresas que lideram a campanha.

O projeto começou em 2016, quando algumas empresas se uniram para reduzir a evasão escolar nos planaltos dos Andes devido às temperaturas extremas e às longas distâncias que as crianças precisam percorrer para chegar à escola.

As empresas convidaram os cidadãos a apoiar a iniciativa recolhendo suas garrafas de plástico durante o verão, quando o consumo está alto.

Em 2017, o projeto produziu 6.000 ponchos; outros 7.000 já foram feitos este ano. Os itens foram entregues às crianças nas províncias de Puno, Cusco, Arequipa, Huancavelica, Ayacucho e Apurímac antes do início do ano letivo.

No Peru, 18 mil toneladas de resíduos são gerados todos os dias, dos quais 10% são de plástico e muito pouco é reciclado.

O governo peruano está patrocinando um projeto de lei no Congresso para impulsionar a economia circular, reduzindo o consumo de plásticos e promovendo o uso de materiais reciclados.

Fonte: Agência Brasil | 05.06

[Voltar](#)

Logística reversa entra na discussão da Fiesp

Após a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), lei sancionada em 2010, a logística reversa se tornou uma medida para as empresas lidarem com o lixo que produzem.

Ao longo da Semana do Meio Ambiente, iniciada hoje (5), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) discutirá questões importantes para o desenvolvimento sustentável, assim como esta.

Há dois tipos de logística reversa: de pós-venda e de pós-consumo. "As empresas fabricam e distribuem os produtos, que chegam ao mercado. Alguns deles, no entanto, voltam sem serem consumidos. Essa é a logística reversa de pós-venda", explicou o professor de Logística Reversa da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Conselho de Logística Reversa do Brasil (CLRB), Paulo Roberto Leite. O retorno de pós-consumo acontece quando os produtos são consumidos e depois descartados.

Com a definição da PNRS, houve uma movimentação na indústria e no comércio para criar acordos setoriais que equacionavam a logística reversa de apenas alguns produtos (pneus, baterias, embalagens de agrotóxico, eletroeletrônicos, lubrificantes e lâmpadas mercuriais).

"Essa é uma política nacional, mas os estados estão avançando e fazendo termos de compromissos. Uma série de acordos para outros setores estão sendo feitos fora do âmbito federal", disse o especialista. Um exemplo é o termo de compromisso assinado em maio pelo governo e indústrias de embalagens em geral.

A empresa que pratica logística reversa, além de seguir uma obrigação legal, tem um diferencial competitivo e, apesar do investimento em sistemas e inovações para isso ser alto, o resultado da prática representa economia e vantagens tanto para a empresa quanto para o consumidor.

Porém, a prática apresenta dificuldades. Entre os fatores apontados pelo presidente da CLRB estão: a conciliação de todos os setores envolvidos na fabricação e distribuição do produto; a questão da devolução, principalmente a voluntária que deve partir do consumidor; a ampliação por todo o território nacional; o custo, tanto do processo quanto do transporte dos produtos; e também a falta de informação da população sobre o assunto.

Para o diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, há ainda outros desafios para colocar em prática a logística reversa. "A falta de diferenciação tributária onera ainda mais o processo. Não há nenhum benefício em reinserir materiais na cadeia produtiva, porque elas acabam sendo tributadas duas vezes. Deviam ser criados incentivos fiscais, tributários e creditícios", completou.

Fonte: DCI | 05.06

[Voltar](#)

Poluição global por plásticos custa US\$ 13 bi, diz ONU

O custo global estimado da poluição por plásticos ao ecossistema marinho é de US\$ 13 bilhões ao ano. Na região do Pacífico asiático, o lixo causa impacto no turismo, na pesca e na indústria marítima e é avaliado em US\$ 1,3 bilhão ao ano. A limpeza das praias europeias custa aproximadamente US\$ 630 milhões anuais. A boa notícia deste desastre ambiental crônico é que o número de países agindo para enfrentar o desafio é cada vez maior.

É o que mostra um relatório desenvolvido por especialistas da ONU Meio Ambiente (conhecida pela sigla inglesa Unep) em conjunto com o governo da Índia. A análise traz as iniciativas que estão sendo feitas por governos de mais de 60 países. Os casos citados em "Plásticos descartáveis: um caminho para a sustentabilidade" vão desde o exemplo da China, que banuiu talheres, pratos e copos descartáveis à experiência colombiana, que em 2017 adotou um imposto sobre sacolas plásticas, o que reduziu o consumo em 35%.

"Plástico é um material de grande conveniência para as nossas vidas", diz Erik Solheim, diretor-executivo da ONU Meio Ambiente, na abertura do relatório que será lançado hoje, na Índia. "Mas foi esta conveniência que contribuiu para a crise que o mundo enfrenta hoje", continua o norueguês. "A poluição dos plásticos é como a mudança do clima. Quando sai do controle fica difícil freá-la", compara.

Um outro relatório da agência ambiental, que promove forte campanha pelo fim do uso desenfreado de plásticos descartáveis e microplásticos, diz que apenas 9% das nove bilhões de toneladas de plástico já produzidas foram recicladas.

O estudo "O Estado dos Plásticos", também lançado hoje, indica que as embalagens representam a metade do lixo plástico global. Estima-se que 13 milhões de toneladas de plástico vão parar no mar todos os anos. Só um pequeno percentual tem por destino aterros adequados.

Os estudos da ONU Meio Ambiente acenam como empresas, governos e consumidores podem ajudar a sair da crise. No Canadá, assim como em muitos outros países, as pessoas reutilizam as sacolas plásticas que carregam frutas e vegetais do supermercado como sacos de lixo, ou para os dejetos dos animais domésticos.

Há pelo menos 140 regulamentações e políticas públicas que miram o fim do uso dos descartáveis ou a cobrança de taxas analisadas nos trabalhos da ONU. O problema é que na metade dos casos não há informação sobre o impacto das medidas.

Falta monitoramento, mas também boa parte das iniciativas são muito recentes.

O estudo sugere um passo a passo para que políticas públicas possam ser eficientes. O primeiro passo é avaliar a dimensão do problema localmente e analisar o potencial de regulação e de estímulo a ações

voluntárias. Depois de estudar os impactos sociais, ambientais e econômicos das medidas, é preciso engajar os atores. Em alguns casos é preciso incentivar economicamente indústrias a buscarem opções. Reciclagem e campanhas educacionais são fundamentais. "Plástico não é o problema", diz Solheim. "A questão é o que fazemos com ele".

Fonte: Valor | 05.06

[Voltar](#)

Celulose e papel só voltam ao normal em um mês

A produção brasileira de celulose, papel e painéis de madeira, que foi afetada pela greve dos caminhoneiros, deve ser normalizada em aproximadamente um mês, de acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), que representa o setor de florestas plantadas para fins industriais.

De acordo com a presidente-executiva da associação, Elizabeth de Carvalhaes, a indústria ainda está trabalhando em estimativas, mas os primeiros números indicam que cerca de 280 mil toneladas de celulose e 310 mil toneladas de papel deixaram de ser produzidas por causa da paralisação, que impediu o fluxo normal de madeira das plantações e outros insumos até as fábricas e levou ao esgotamento de estoques de alimentos usados no preparo de refeições dos trabalhadores dessas unidades.

O escoamento de produtos para o mercado externo também foi afetado, mas não há risco de desabastecimento uma vez que as empresas trabalham, no caso específico da celulose, com estoques da ordem de 30 dias. "A preocupação é garantir o fornecimento nos mercados contratados", diz Elizabeth. "É importante, numa saída de greve, realinhar rapidamente a logística de entrega e produção."

Ao mesmo tempo, há preocupação na indústria em relação às medidas anunciadas pelo governo para compensar a perda de receita com diesel. No caso específico do setor, duas medidas têm impacto: a reoneração da folha de pagamentos e a volta da alíquota do Reintegra, programa de incentivo fiscal a exportadores, para 0,1%. "Toda a estratégia de exportação das empresas foi traçada para 2018 contando com essas medidas e agora essa estratégia foi danificada", afirma a executiva.

Fabricantes de papéis e de painéis de madeira ampliaram as vendas ao mercado externo nos últimos anos para compensar a fraqueza da economia doméstica, que teve reflexo na demanda por esses produtos.

Ao alterar esses benefícios, alerta a presidente da entidade, o governo está desestabilizando uma estratégia que vinha mostrando resultados. "O mercado interno está volátil. É importante que o novo governo trabalhe com regras de longo prazo e com a segurança jurídica necessária para que o Brasil busque mais espaço no mercado internacional", afirma.

Com forte presença na balança comercial brasileira, o setor que inclui pisos, painéis, celulose e papéis, exporta em média US\$ 22 milhões por dia. Em 2017, foram US\$ 8,5 bilhões.

Fonte: Valor | 05.05

[Voltar](#)

Reajuste da celulose

Depois de mais um produtor de celulose estrangeiro anunciar aumento de preços para a fibra curta, cresceu a aposta de que as companhias brasileiras vão aplicar reajustes em junho ou no mais tardar em julho. A April anunciou que subirá os preços em US\$ 50 por tonelada entre este mês e o próximo. A companhia indonésia informou que aplicará aumento de US\$ 20 por tonelada neste mês e de US\$ 30 por tonelada em julho, no mercado asiático, na esteira do desequilíbrio global entre oferta e demanda, que foi agravado pela interrupção na produção de matéria-prima no Brasil em consequência da greve de caminhoneiros.

Fonte: Valor | 06.06

[Voltar](#)

EMPRESAS

Fusão entre Suzano e Fibria é aprovada por autoridades concorrenciais dos EUA

A operação de fusão entre a Fibria e a Suzano foi anunciada em meados de março

As autoridades de defesa da concorrência nos Estados Unidos aprovaram a união entre a Suzano Papel e Celulose e a Fibria, que vai criar a maior produtora de celulose do mundo, informaram as empresas nesta sexta-feira.

"A consumação da referida operação está ainda sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por determinadas autoridades da concorrência no Brasil e no exterior", disseram as empresas em comunicados separados.

A operação de fusão entre a Fibria e a Suzano foi anunciada em meados de março.

Fonte: DCI | 01.06

[Voltar](#)

Estados Unidos aprovam a maior empresa de celulose do mundo no Brasil

A união das operações entre Fibria e Suzano (que forma a **maior empresa de celulose do mundo**) foi anunciada em março e agora essa fusão foi aprovada também pela autoridade de defesa da concorrência nos Estados Unidos.

"A consumação da referida operação está ainda sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação por autoridades".

"Até a data da consumação, a companhia não vai sofrer alterações nos negócios".

As garantias acima são de Guilherme Cavalcanti, da Fibria.

Agora, se continuar recebendo aprovações dos outros órgãos reguladores, a fusão vai formar um grupo com 37 mil funcionários e 11 unidades industriais, com capacidade para gerar 11 milhões de toneladas de celulose anualmente.

Fonte: Celulose Online | 04.06

[Voltar](#)

No mês, Suzano lidera indicações entre exportadoras

Após um maio de alta do dólar, queda da bolsa e disparada dos juros, empresas que têm mais exposição ao exterior foram privilegiadas na seleção da Carteira Valor de junho, bem como aquelas que costumam não decepcionar pelos fortes resultados operacionais.

Suzano ON, um dos raros papéis que subiram no mês passado, lidera a seleção de junho, com cinco recomendações. É seguido por Vale ON (4). Além de Petrobras PN, Itaú Unibanco PN, B3, Gerdau, Magazine Luiza ON, Klabin Unit e IRB Brasil ON, apareceram com três menções cada. O fim da lista traz Raia Drogasil ON, com duas.

A Suzano tende a se aproveitar de um ciclo positivo para os preços da celulose no curto e médio prazo. Além disso, a expectativa é que a aquisição da Fibria crie uma nova líder mundial do mercado de celulose. Segundo cálculos da Guide, a operação deve gerar ganhos de sinergias na casa dos R\$ 10 bilhões. A corretora espera geração de caixa operacional mais forte em 2018, o que pode contribuir para acelerar a desalavancagem financeira.

Para Ricardo Peretti, estrategista da Santander Corretora, grande parte da fusão já está nos preços, mas a justificativa para manter a ação é que a companhia é uma rara exceção que se beneficia com a alta do dólar, por possuir receita atrelada à moeda americana.

A Vale, que não figurava na seleção desde dezembro de 2017, foi a segunda mais indicada, sob a perspectiva de bons resultados operacionais e menor dependência do mercado interno do que seus pares. "Somando a busca contínua de melhora operacional, com redução de custos e despesas, a tendência é que tenhamos evolução de caixa e equilíbrio em sua estrutura de capital", escreveu a Magliano na sua justificativa de investimento.

Segundo a corretora, a Vale sinaliza menor ênfase em novos investimentos ou maior distribuição de dividendos reforçada por uma condição mais robusta financeiramente. Para a casa isso também possibilita a compra de ativos de qualidade para diversificar sua dependência do minério de ferro.

Outra empresa que pode se beneficiar do cenário externo é a Gerdau, que possui plantas nos EUA, após a decisão de Donald Trump de taxar a importação de aço e alumínio. Sabrina Cassiano, da Coinvalores, diz que a "melhora operacional no primeiro trimestre deve ganhar consistência ao longo do ano, tanto pelo mercado doméstico quanto pelo externo".

A presença internacional da Klabin também justificou a escolha da ação pela Elite Investimentos. Segundo sua análise, os resultados dos últimos trimestres têm mostrado que a empresa tem flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças do mercado.

"Se por um lado suas vendas de embalagens no Brasil têm como clientes grandes empresas de bens não duráveis, por outro a Klabin tem capacidade de elevar suas exportações, aproveitando-se da desvalorização do real". Segundo a corretora, há uma expectativa de que no médio e longo prazo o ciclo positivo para os preços da celulose prossigam devido ao crescente consumo chinês.

Do setor financeiro, B3 permaneceu na seleção da Spinelli em junho. Legat destaca que a bolsa se beneficia tanto dos períodos de queda do Ibovespa como dos intervalos de alta, já que em ambos os cenários o volume movimentado cresce, o que gera receita para a companhia.

Para Felipe Silveira, da Coinvalores, o incremento do volume de negócios no pregão tende a prosseguir nos próximos meses com a maior volatilidade trazida pela corrida eleitoral e um cenário macroeconômico mais incerto. "Tanto o mercado de ações ganha com o volume girado, como o segmento de derivativos, com mudanças nas principais taxas da economia, como os juros que recentemente tiveram uma mudança repentina [no pós-Copom], e o câmbio, que ficou bastante volátil." A escolha de Itaú é justificada pelos bons resultados operacionais do banco e pela perspectiva de que a instituição consiga se beneficiar de um período de recuperação econômica, com inadimplência decrescente e aumento do crédito. Para Peretti, do Santander, mesmo que o resultado do primeiro trimestre tenha sido um pouco abaixo do esperado pelo mercado, há uma expectativa de melhora nos próximos meses.

"A inadimplência do sistema bancário ficou estável, o crédito para as empresas segue caindo, mas foi compensado pelo crédito para a pessoa física. Em toda a indústria bancária vemos sinais de melhora da margem, então acreditamos que os bancos vão continuar entregando resultado, e o Itaú é, dentre seus pares, o que consideramos melhor", afirma.

Pelo lado da recuperação do mercado interno, as corretoras apostam na varejista Magazine Luiza, que tende a se beneficiar principalmente da Copa do Mundo, que pode alavancar a venda de eletroeletrônicos, especialmente TVs e telefones celulares.

"Do setor é a melhor empresa, tanto em gestão quanto em resultado", diz Sandra Peres, analista da Coinvalores. Ela diz que a companhia deve continuar investindo tanto no market place e e-commerce como na abertura de lojas físicas, o que mantém a estratégia multicanal da empresa em evidência. "Ainda tem a sazonalidade que ajuda. Temos a Copa, que favorece a compra de eletroeletrônicos como TV e smartphone, e alguns outros produtos de linha branca e marrom também podem ter algum incremento." A resseguradora IRB Brasil apareceu na seleção de junho por apresentar viés mais "defensivo", pois as ações costumam cair menos em períodos de revés. Em maio, quando o Ibovespa recuou 10,87%, os papéis subiram 1,95%.

"O resultado do primeiro trimestre foi melhor do que o mercado precificou", afirma Peretti, do Santander, que diz ainda vislumbrar alta adicional para as ações. "Mais importante que isso, olhando mais para frente, vemos algumas casas dando 'downgrade' [de recomendação] de compra para manutenção, mas achamos precipitado", afirma o estrategista.

Raia Drogasil, indicada por duas corretoras, foi vista pela Planner como uma "oportunidade de curto prazo". Segundo o analista Mário Mariante, os resultados do primeiro trimestre deste ano "não justificam a queda nos papéis". Para ele, a companhia apresentou dados operacionais e crescimento orgânico positivos.

Fonte: Valor | 04.06

[Voltar](#)

ALDO DE CRESCI NETO

acn@gcnlaw.com.br | 55 11 2171-1303

Suzano avalia opções à emissão de bônus

A Suzano Papel e Celulose ainda trabalha com o plano de emitir bônus no mercado internacional, mas passou a avaliar outras opções de financiamento diante das mudanças no panorama financeiro internacional e local, segundo fontes ouvidas pelo Valor. Além disso, a desvalorização cambial reduziu a necessidade de captação de novos recursos para fazer frente ao pagamento em reais pela Fibria.

O plano original era usar os recursos levantados com a emissão dos títulos de dívida - seriam três operações, com prazos de 7, 10 e 30 anos - para rolar um empréstimo-ponte de US\$ 6,9 bilhões, com vencimento em três anos e taxa Libor mais 1,16%, que compõe o pacote de financiamento da aquisição da concorrente.

Contudo, a companhia não deve rolar todo o valor dessa dívida e avalia agora uma operação para alongar apenas US\$ 5 bilhões desse total. Com a desvalorização do real, a necessidade de financiamento externo ficou menor.

A Suzano ainda pode aproveitar a forte geração de caixa num momento de preços da celulose em alta e câmbio desvalorizado, que eleva as receitas com exportação, para honrar parte da dívida assumida. Pelos cálculos do Itaú BBA, a cada R\$ 0,10 de desvalorização do real contra o dólar, o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da empresa, incluindo Fibria, pode subir em R\$ 600 milhões. A Suzano se preparava para fazer uma emissão no mercado de bônus ainda no primeiro semestre. Com a piora das condições, tanto no cenário externo como doméstico, está considerando outras alternativas, como empréstimos bancários no exterior, mas ainda não decidiu alterar o plano de bonds, afirmam fontes próximas à operação.

O aumento do custo no mercado internacional de dívida, após a subida dos juros nos Estados Unidos, também está entre os fatores que levaram a companhia a estudar outras possibilidades. Ainda assim, com a queda da taxa Selic, o custo de captação no mercado interno e externo para a empresa está praticamente equivalente, mas as operações no exterior oferecem a vantagem de alongar a dívida por um prazo maior e em volume superior.

A agência "Bloomberg" informou na semana passada que a companhia estava reavaliando a emissão de títulos diante do mercado global tenso. Procurada, a Suzano informou que "está avaliando as melhores opções".

A companhia contratou também uma linha permanente, de US\$ 2,3 bilhões, com vencimento em 6 anos e custo de Libor mais 1,65%, como parte da estrutura de financiamento. A transação para compra da Fibria envolve o pagamento em dinheiro de R\$ 52,50, com correção pelo CDI, por ação da concorrente mais 0,4611 papel de Suzano.

Na noite de 15 de março, Votorantim e BNDESPar, braço de participações do banco de fomento, que juntas detêm 58,5% das ações da Fibria, assinaram com os controladores da Suzano, a família Feffer, o compromisso de votar favoravelmente à união das companhias, mediante reorganização societária que resultará na conversão da Fibria em subsidiária integral da Suzano.

No último dia de maio, a companhia recebeu um importante aval para seguir adiante com a operação, que deve ser consumada entre o fim deste ano e o início de 2019. A Federal Trade Commission (FTC), órgão antitruste dos Estados Unidos, aprovou a compra da Fibria, o que resultará na combinação das duas maiores produtoras mundiais de celulose de eucalipto.

Os Estados Unidos estão no grupo dos mercados considerados mais importantes do ponto de vista de órgãos antitruste para efetivação do negócio, assim como Brasil, China e União Europeia. No total, é preciso buscar o aval de mais de 30 países, incluindo o Egito, que foi adicionado recentemente à lista.

Conforme documento enviado pela Suzano à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a FTC concedeu a "conclusão antecipada da análise da operação (...) o que representa a autorização da operação sem restrições" nos Estados Unidos. As ações da Suzano encerraram a sexta-feira com alta de 3,2%, cotadas a R\$ 44,48 na B3.

Fonte: Valor | 04.06

[Voltar](#)

Suzano tem perda de produção de 80 mil toneladas de celulose com greve

A Suzano Papel e Celulose informou nesta quinta-feira, em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que teve perda total de produção de celulose de cerca de 80 mil toneladas por causa da greve dos caminhoneiros. O volume equivale a 2,2% da capacidade produtiva total de matéria-prima da companhia, de 3,6 milhões de toneladas, estimada para 2018.

Em papel, deixaram de ser produzidas aproximadamente 25 mil toneladas na esteira da paralisação, o equivalente a 1,7% da capacidade total de 1,5 milhão de toneladas anuais.

Conforme a Suzano, as perdas foram registradas durante o período em que "suas atividades estiveram paralisadas ou operando de forma parcial em decorrência da greve dos caminhoneiros".

De acordo com a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), as operações do setor de florestas plantadas, que compreende celulose, papel, pisos e painéis de madeira, sofreram impacto no recebimento de insumos, incluindo alimentos usados no preparo de refeições aos trabalhadores, e no escoamento de produtos para os portos brasileiros.

A expectativa para essa indústria é a de que as operações sejam integralmente normalizadas em um mês.

Fonte: Valor | 07.06

[Voltar](#)

International Paper desiste de adquirir a Smurfit Kappa

A americana International Paper, dona da marca Chamex no Brasil, informou na noite desta terça-feira (5) que retirou a proposta para adquirir a irlandesa Smurfit Kappa por 9 bilhões de euros. O motivo foi a falta de engajamento do conselho de administração e da diretoria da fabricante de papel e celulose irlandesa.

A International Paper tinha até as 7 horas da manhã desta quarta-feira (6), horário local, para formalizar uma oferta, segundo decisão do órgão da Irlanda que monitora transações relevantes no país, o "Irish Takeover Panel".

"Embora continuemos a acreditar no potencial estratégico e financeiro desta combinação, nosso compromisso era seguir adiante [com a proposta] de forma disciplinada, para criar valor para os acionistas de ambos os lados", afirmou, em nota, o presidente e diretor-presidente da International Paper, Mark Sutton.

Em resposta à declaração, o conselho de administração Smurfit Kappa informou que acredita que as perspectivas da companhia são melhores caso ela se mantenha independente.

A companhia reiterou que a expectativa para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) em 2018 é "materialmente" melhor que o registrado em 2017. No ano passado, Smurfit Kappa registrou um Ebitda ajustado, que exclui itens excepcionais de 1,2 bilhão de euros.

A Smurfit Kappa rejeitou duas propostas de aquisição da International Paper desde a primeira abordagem da empresa americana, em fevereiro. A mais recente oferta consistia no pagamento de 25,25 euros por cada papel da companhia irlandesa, mais a distribuição de 0,3028 novas ações da International Paper.

Em maio, a International Paper afirmou que não faria uma oferta hostil pela Smurfit Kappa, dizendo que só apresentaria uma proposta de compra vinculante se tiver apoio do conselho de administração da concorrente.

Fonte: Valor | 07.06

[Voltar](#)

EXECUTIVO

Temer aprova redução de emissões de carbono nos próximos dez anos

O presidente Michel Temer aprovou hoje (5) as metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para os próximos dez anos. Dessa forma, o governo espera um maior uso dos biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel, menos poluentes, para alcançar a meta. Isso traria, segundo o presidente, menor dependência do mercado externo de petróleo e consequente redução no preço dos combustíveis.

“Vamos reduzir de 11,5% para 7% a dependência externa de combustíveis. O Brasil estará menos exposto à variação internacional do preço do petróleo e às flutuações cambiais. Portanto, quem sabe, num futuro muito próximo, consigamos evitar acontecimentos como este que se verificou na semana passada”, disse o presidente, referindo-se a greve dos caminhoneiros, deflagrada por conta dos elevados preços do diesel. O movimento provocou uma crise no abastecimento no país, inclusive com falta de combustíveis e longas filas em postos.

As metas propostas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) compõem a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). Elas reduzem 10% nas emissões de carbono na matriz de combustíveis do país, passando dos atuais 74,25 gramas de gás carbônico por megajoule (g CO₂/MJ) para 66,75 g CO₂/MJ, o que corresponde à retirada de 600 milhões de toneladas de carbono da atmosfera até 2028.

Segundo o governo, o estabelecimento da meta provocará investimentos de R\$ 1,3 trilhão em expansão da produção de biocombustíveis nos próximos dez anos e redução de, pelo menos, 0,84% do preço dos combustíveis ao consumidor ao final do período.

“[A aprovação das metas são] exatamente para dar o testemunho do compromisso do governo brasileiro com a qualidade de vida no mundo, com a possibilidade de baixar o preço do combustível, que às vezes nos captura, como recentemente nos capturou. São medidas que não terão efeito amanhã, mas nos próximos dez anos”, disse o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.

Áreas de Preservação

O presidente também aproveitou o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje, para anunciar a criação de duas áreas de preservação ambiental, uma na Amazônia e outra na Bahia. “Acabo de assinar duas novas áreas de preservação: a Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco, na Floresta Amazônica, e um refúgio de vida silvestre para a ararinha azul, na Bahia. Antes extinta em seu habitat, estamos reintroduzindo a ararinha na natureza.”

A reserva destinada à reintrodução da ararinha azul na natureza é de 120 mil hectares de área protegida, nos municípios de Juazeiro e Curaçá, na Bahia. Já a Reserva Extrativista Rio Branco ocupará 581 mil hectares entre os municípios de Rorainópolis, em Roraima, e Novo Airão, no Amazonas.

Fonte: Agência Brasil | 06.06

[Voltar](#)

Ministério do Turismo quer mudança em lei ambiental

O Ministério do Turismo e empresários do setor defenderam ontem mudanças na legislação ambiental para reduzir o que classificam como insegurança jurídica no país. Esse fator, segundo eles, atrapalha a atração de investimentos para novos empreendimentos, como resorts, parques temáticos e marinas.

"O marco regulatório ambiental não pode ser uma fonte de insegurança jurídica. Os empresários precisam de segurança jurídica para investir, com horizonte de longo prazo. Podemos e devemos ter mais investimentos em diversos setores, como o de resorts, de parques temáticos, que deixam de ser feitos na velocidade que deveriam por causa da forma com que o licenciamento ambiental é feito no Brasil", disse o ministro do Turismo, Vinicius Lummertz, que abriu o seminário Investe Turismo, realizado ontem em São Paulo pela pasta e pelos jornais "O Globo" e Valor.

Segundo ele, é justificável a existência de um marco regulatório que garanta a preservação do meio ambiente. Mas no caso brasileiro, apontou, há problemas com relação à definição de prazos para aprovação ou não de investimentos, e há muitos entes públicos envolvidos nas aprovações, passando por executivos federal, estadual e municipal, Ibama, além do judiciário.

"Levei 12 anos apenas para aprovar o projeto ambiental. E não sei se aguentarei esperar mais 12 anos para um novo projeto", disse o navegador Amyr Klink, sócio da Amyr Klink Projetos Especiais, dona da Marina do Engenho, em Paraty (RJ), que guarda hoje 300 barcos.

Também presente no seminário, o advogado Marcos Saes, da Saes Advogados, especialista em processos que envolvem autorizações ambientais, exemplificou as dificuldades ao contar a conversa que teve com um investidor árabe interessado em um porto brasileiro. "Tive que explicar ao xeique árabe e ao escritório de advocacia dos Estados Unidos contratado por ele que todo o projeto duraria mais de um ano para ser aprovado e, mesmo depois de aprovado, poderia ser suspenso por um promotor."

Segundo o ministério do Turismo, o licenciamento ambiental lento é um dos motivos pelos quais a indústria turística no país vai crescer apenas 3% este ano. "Da forma com que está montado hoje, isso é que o turismo vai entregar. Precisamos mudar o que temos para termos resultados diferentes", disse Lummertz.

O Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, recebe só 0,5% dos turistas que viajam pelo mundo todos os anos, recepcionando cerca de 6,5 milhões de viajantes por ano. Enquanto os brasileiros gastam US\$ 18 bilhões no exterior, os turistas estrangeiros despendem aqui US\$ 7 bilhões, gerando um déficit comercial nessa conta da ordem de US\$ 13 bilhões.

Lummertz disse que o governo está tomando medidas para estimular o turismo brasileiro, citando o visto eletrônico para viajantes estrangeiros, a aprovação do acordo de "céus abertos" com os Estados Unidos, a defesa da ampliação do limite do capital estrangeiro na aviação doméstica - hoje com teto em 20% - e a transformação da Embratur em uma agência de promoção com maior autonomia e mais verbas.

O ministro defendeu ainda a aprovação de lei que permita a autorização dos cassinos no Brasil, apontando que o país poderia atrair mais de R\$ 50 bilhões em investimentos e renda. "No mundo todo é permitido. Portugal tem e é tranquilo. O Brasil não pode ser uma bolha", disse.

O ministro falou ainda sobre a recente decisão de isentar de impostos de importação as compras de equipamentos para parques temáticos. "Nós cobrávamos imposto sobre equipamentos de parques como se fossem um bem particular. Não fazia sentido. É bem de capital e deve ser tratado como tal."

Os operadores de parques temáticos podem investir R\$ 2 bilhões nos próximos anos, disse o presidente do Sindepat, Allain Baldacci, que representa o setor no Brasil, destacando que o país tem nove das dez atrações mais visitadas da América do Sul. Segundo ele, o segmento emprega 11 mil pessoas e movimenta mais de R\$ 1 bilhão por ano.

"Nosso setor é intensivo de capital e precisa estar sempre se renovando. Por isso, precisa de planejamento de longo prazo, de previsibilidade", disse Murilo Pascoal, diretor-geral do grupo Beach Park, atração no litoral cearense criada há 32 anos.

Outro segmento que deve ter atenção nos processos de licenciamento ambiental, citou o ministro do Turismo, Vinicius Lummertz, é o de marinas, para atender o turismo náutico.

Segundo o presidente da Clia Brasil, Marco Ferraz, que representa as operadoras de cruzeiros no país, a oferta de leitos na próxima temporada, de novembro deste ano a maio de 2019, vai crescer em 13%. Mas ele observou que esse avanço representa apenas uma retomada após anos de retração.

O secretário de Turismo de Ilha Bela (SP), Ricardo Fazzini, disse que Ilha Bela investirá cerca de R\$ 320 milhões em turismo nos próximos anos, com recursos gerados pelos royalties do petróleo, da exploração na região. "Temos recursos inclusive para o turismo náutico, mas temos empresas que temem o Brasil por causa da legislação e insegurança jurídica", disse.

Fonte: Valor | 07.06

[Voltar](#)

JUDICIÁRIO

MPF pedirá indenização de R\$ 863 milhões por áreas desmatadas em Mato Grosso

Estado é campeão em desmatamento, seguido por Pará, Amazonas e Rondônia

O Ministério Público Federal (MPF) irá pedir indenização de R\$ 863.410.271,10 de empresas ou pessoas ligadas a desmatamentos ilegais em Mato Grosso entre agosto de 2016 e julho de 2017. No período, 53,5 mil hectares foram desmatados por 662 réus. O Estado é campeão em desmatamento, seguido por Pará, Amazonas e Rondônia.

No País, 2,3 mil empresas ou pessoas foram associadas a 162.734,07 hectares desmatados. A indenização total estimada é de R\$ 2,62 bilhões. Os nomes das responsáveis pelos desmatamentos estão sob sigilo.

Os dados foram obtidos pelo Estado/Broadcast Político e serão divulgados nesta quarta-feira, 6, na segunda fase do Amazônia Protege, desenvolvido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF. O projeto conta com o apoio do Ibama e do ICMBio e foi criado para combater o desmatamento no Brasil.

Apesar de ter a maior área total desflorestada, o Mato Grosso não é o Estado com a maior quantidade de polígonos desmatados. O campeão é o Pará, com 416, enquanto Mato Grosso tem 411. Na sequência, aparecem Rondônia, com 346, e Amazonas, com 296.

Das 1.550 áreas desmatadas em todo o País, 644 estão situadas em glebas federais, 54 estão dentro de unidades de conservação e 18 estão em terras indígenas. Apenas 567, equivalente a 36% do total, registram algum tipo de embargo dos órgãos ambientais.

Os laudos periciais foram produzidos a partir da análise de imagens de satélite e do cruzamento das informações com bancos de dados públicos e serão enviados para os procuradores da República dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal. O passo seguinte é a instauração de ações civis públicas com pedidos de reparação do dano ambiental e pagamento de indenização.

Fonte: Estadão | 06.06

[Voltar](#)

STF julgará se prescreve pedido de ressarcimento civil por dano ambiental

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral de recurso que discute se já prescreveu pedido de reparação civil de dano ambiental causado por madeireiros na exploração de terras indígenas no Acre, nos anos 1980.



Recurso envolve reconhecimento de dano ambiental de exploração de terras indígenas no Acre, nos anos 1980.

A primeira instância da Justiça Federal, ao julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, fixou indenização de aproximadamente R\$ 10,5 milhões em danos materiais e morais pela extração ilegal de madeira, em favor da comunidade indígena Ashaninka-Kampa. Parte da indenização deveria ser destinada para custear a recomposição ambiental.

Um grupo de madeireiros, porém, questiona acórdão do Superior Tribunal de Justiça que reconheceu a imprescritibilidade do dano ambiental. Eles alegam ainda ser inconstitucional a interpretação do tribunal ao artigo 37, parágrafo 5º, da Constituição — conforme o dispositivo, “a lei deve prever prazos de prescrição para ilícitos que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as ações de ressarcimento” — e também ao artigo 225, parágrafo 3º, que trata do dano ambiental.

Os madeireiros dizem ainda que os fatos imputados são anteriores à Constituição de 1988, devendo ser desconsiderada a lógica da imprescritibilidade e observado o prazo prescricional de cinco anos previsto na época, pela Lei da Ação Popular (4.717/1965).

Eles querem que seja reconhecida a imprescritibilidade apenas da reparação do dano ao meio ambiente, por se tratar de direito fundamental indisponível, afastando-se a tese, portanto, quanto às verbas indenizatórias de natureza patrimonial e moral.

Amplo

alcance

O relator do recurso, ministro Alexandre de Moraes, concluiu que “a repercussão geral inserta na controvérsia é indiscutível, seja sob o ângulo jurídico, econômico ou social, devido ao seu impacto na seara das relações jurídicas as quais têm por pano de fundo a pretensão à reparação civil cuja causa de pedir derive de danos causados ao meio ambiente”,

Segundo Moraes, o alcance da prescritibilidade das ações de ressarcimento tem sido objeto de recorrentes considerações do Supremo e, por isso, é relevante “estabelecer balizas precisas e seguras sobre a incidência do instituto da prescrição nos peculiares casos envolvendo direitos individuais ou coletivos lesados, direta ou indiretamente, em razão de danos ambientais”.

Os ministros, por maioria, acompanharam a posição do relator no sentido de reconhecer a repercussão geral do tema, por meio do Plenário Virtual. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Dias Toffoli.

O mérito do recurso ainda será julgado pelo Plenário do STF, sem data prevista para julgamento. O processo tramita na corte desde 2011 e já passou por outros três relatores (ministros Ayres Britto e Cezar Peluso, hoje aposentados, e o ministro Teori Zavascki, morto em 2017). *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

RE 654.833

Fonte: Conjur | 06.06

[Voltar](#)